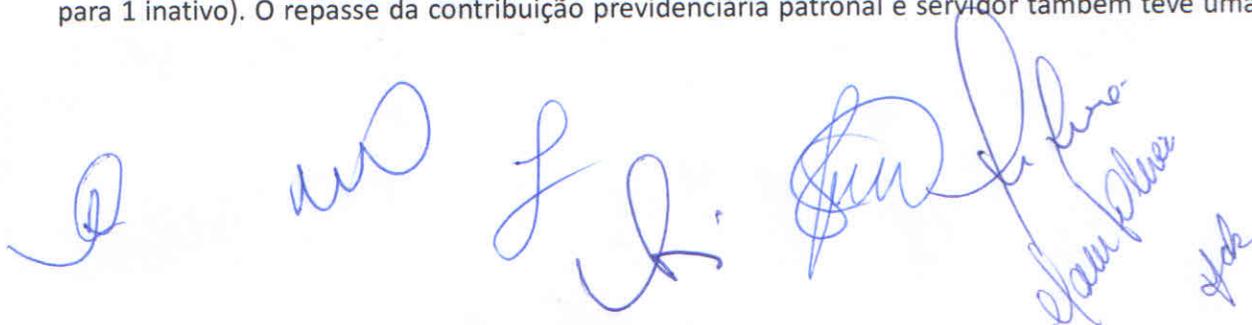


Ata da **Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e catorze, às nove horas, na sala de reuniões da sede do IPMU. Presentes os membros: Aurélio Xavier Corrêa, Cláudia Romana Ferreira de Oliveira, Isac Joaquim Mariano, Luiz Gustavo Bastos de Oliveira e Vitalina Maria de Arruda. Presente ainda Flávio Bellard Gomes, Presidente do IPMU, Sirleide da Silva, Diretora Administrativa e Financeira e Sérgio Luiz de Assunção, Diretor de Segurança e Benefícios. Aberta a reunião, o Presidente do IPMU, Flávio Bellard Gomes, faz uma breve explanação sobre **Regimento Interno** do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal do IPMU rege-se pelas disposições da Seção II, do Capítulo I, do Título III da Lei Municipal nº 2.650, de 16 de fevereiro de 2005; Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 e por este Regimento Interno. Ao Conselho Fiscal como Órgão de Fiscalização do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU, compete fiscalizar a administração previdenciária, financeira e contábil. São função dos conselheiros fiscais: elaborar e rever o seu Regimento Interno, aprovar o calendário das reuniões ordinárias, estudar e relatar matéria que lhe for submetida, solicitar diligência ou vistas de processos e aprovar e assinar as atas das reuniões plenárias. Qualquer Conselheiro poderá requerer ao Presidente a apreciação de assunto considerado urgente, o qual poderá ser apreciado na mesma reunião ou inserido na pauta da reunião seguinte. Durante o exercício os Conselheiros poderão programar inspeções junto a Diretoria Executiva, realizando verificações por amostragem na Contabilidade, Tesouraria, nos Processos de Concessão de Benefícios e nos Processos de Contratos. O Conselho Fiscal funcionará através de reuniões ordinárias e extraordinárias. As reuniões ordinárias realizar-se-ão, obrigatoriamente, nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro em data, hora e local segundo calendário aprovado pelos Conselheiros, sendo convocado um dos membros para acompanhamento das reuniões do Conselho de Administração. As reuniões extraordinárias não ultrapassarão o limite de duas no mês e realizar-se-ão por convocação do Presidente do IPMU ou do Conselho Fiscal, ou por solicitação da maioria simples de seus membros titulares, comunicadas aos Conselheiros com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. A convocação dos Conselheiros para as reuniões serão efetua das por escrito, podendo ser acompanhada de cópia da ata da reunião anterior e quando necessário de documentos e/ou informações sobre assuntos constantes da pauta a ser deliberada. Perderá a condição de membro efetivo o Conselheiro que não comparecer, sem motivo justificado, a 2 (duas) reuniões ordinárias ou extraordinárias consecutivas ou a 5 (cinco) reuniões alternadas no período de um ano, ou por falta de pontualidade, assiduidade, regularidade no desempenho do mandato conforme estabelecido nos incisos I e II do artigo 66, da Lei

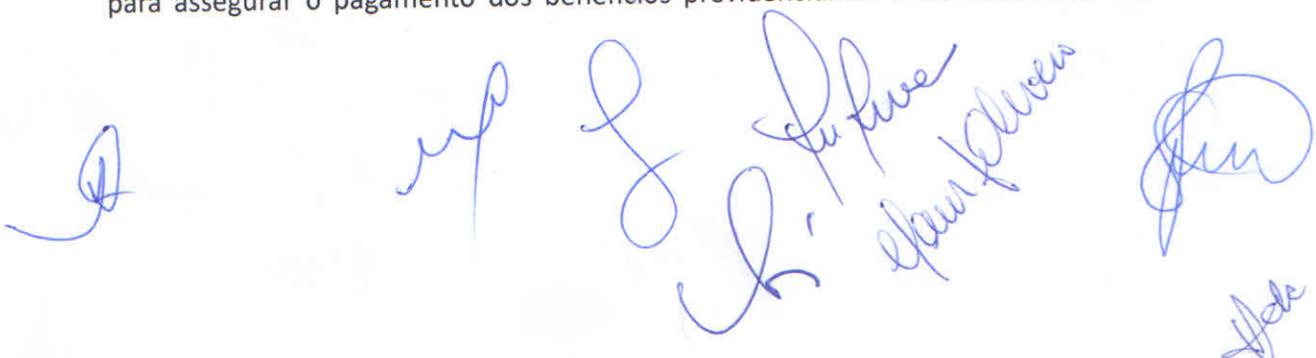


Municipal 2.650/05. As ausências às reuniões decorrentes dos fatos elencados no artigo 67 "caput" da Lei Municipal 2.650/05 serão consideradas como justificadas quando comunicadas, verbalmente ou por escrito, ao Presidente ou ao Secretário do Conselho ou a Diretoria Executiva até o término da reunião. Na hipótese prevista no parágrafo Único do artigo 67 da Lei Municipal 2.650/05, a justificativa deve ser protocolada junto a Diretoria Executiva, por escrito; no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a reunião e será julgada na primeira reunião ordinária posterior ao evento. O Conselheiro que não estiver presente no momento em que se iniciar a reunião, será considerado faltoso ainda que compareça com atraso e deverá justificar sua ausência conforme dispõem os parágrafos anteriores. Em atendimento ao Regimento Interno do Conselho Fiscal, é realizada eleição para o cargo de Presidente, Vice-Presidente e Secretário. A Sra. Vitalina Maria de Arruda é eleita **Presidente** do Conselho Fiscal por aclamação. O **Vice-Presidente** do Conselho Fiscal será o Sr. Aurélio Xavier Correa, eleito por aclamação. Para **Secretária** do Conselho Fiscal ficou eleita a Sra. Cláudia Romana Ferreira de Oliveira, por aclamação. Dando sequência à pauta, a diretora administrativa financeira Sirleide, em atendimento a Lei Municipal 2.650/2002, realiza a explanação da **Prestação de Contas**, conforme processo administrativo **IPMU/087/2014**. Com relação aos **BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**, foram informados sobre as aposentadorias concedidas no período, elevando para 405 (quatrocentos e cinco) o número total de benefícios. No fechamento de agosto, o custo com a folha dos aposentados foi de R\$ 898.858,33 (oitocentos e noventa e oito mil oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), cabendo ao IPMU o valor de R\$ 746.511,73 (setecentos e quarenta e seis mil quinhentos e onze reais e setenta e três centavos), à Prefeitura Municipal o valor de R\$ 145.800,19 (cento e quarenta e cinco mil oitocentos reais e dezenove centavos) e à Câmara Municipal o valor de R\$ 6.546,41 (seis mil quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos). Com relação às pensões, foram concedidos 122 (cento e vinte e duas) benefícios, com custo financeiro de R\$ 187.184,85 (cento e oitenta e sete mil cento e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), cabendo ao IPMU o valor de R\$ 164.762,56 (cento e sessenta e quatro mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), à Prefeitura Municipal o valor de R\$ 17.320,68 (dezessete mil trezentos e vinte reais e sessenta e oito centavos) e à Câmara Municipal o valor de R\$ 5.101,61 (cinco mil cento e um reais e sessenta e seis centavos). No período, a relação **ativo x inativos** teve uma pequena elevação se comparada com dezembro de 2013, passando de 2,50 para 2,93 ativos para cada inativo, percentual bem próximo a margem de segurança considerada pelo Ministério da Previdência como necessária para a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefício previdenciário (mínimo de 3 ativos para 1 inativo). O repasse da contribuição previdenciária patronal e servidor também teve uma elevação,

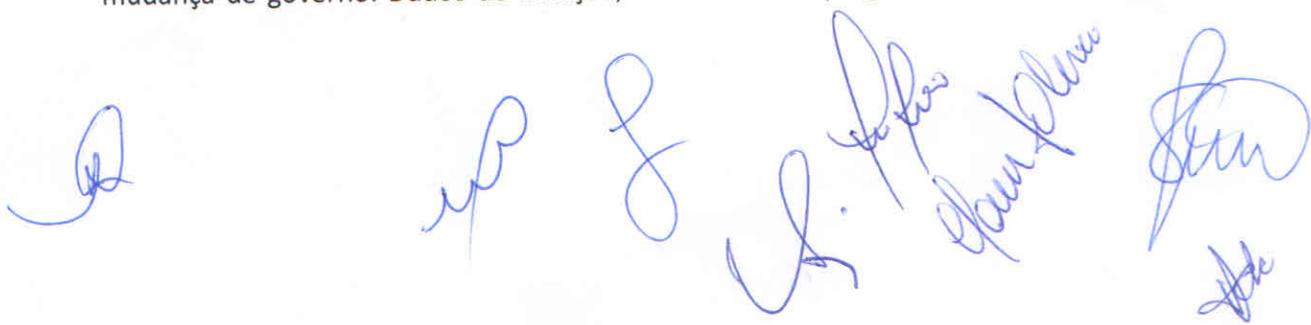


passando de R\$ 847.616,23 (oitocentos e quarenta e sete mil seiscentos e dezesseis reais e vinte e três centavos) recebidos em dezembro de 2013 para R\$ 1.028.460,70 (hum milhão vinte e oito mil quatrocentos e sessenta reais e setenta centavos) em agosto de 2014. Após o pagamentos da folha de benefícios, o saldo para aplicação passou de R\$ 61.468,69 (sessenta e um mil quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e nove centavos), representando 7,25% do valor recebido, para R\$ 117.186,50 (cento e dezessete mil cento e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), representado 11,39% do valor recebido.

DESPESAS. As Despesas Previdenciárias (R\$ 8.906.872,55 – oito milhões novecentos e seis mil oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) e as Despesas Administrativas (R\$ 462.433,30 – quatrocentos e sessenta e dois mil quatrocentos e trinta e três reais e trinta centavos) no período ficaram dentro do orçamento. **RECEITAS.** As Receitas Orçamentárias no período (R\$ 38.841.285,19 – trinta e oito milhões oitocentos e quarenta e um mil duzentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos) foram suficientes para neutralizar a Desvalorização das Aplicações Financeiras (R\$ 4.887.156,27 – quatro milhões oitocentos e oitenta e sete mil cento e cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos), resultando num saldo positivo de R\$ 33.954.128,92 (trinta e três milhões novecentos e cinquenta e quatro mil cento e vinte e oito reais e noventa e dois centavos). **BANCO SANTOS.** A última amortização ocorreu em dezembro de 2013, totalizando o de R\$ 1.213.184,36 (hum milhão duzentos e treze mil cento e oitenta e quatro reais e trinta e seis centavos), representando 44,87% do valor bloqueado em outubro de 2004 (R\$ 2.703.767,60 – dois milhões trezentos e três mil setecentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos). **Processo Decisório dos Investimentos.** Os recursos do IPMU pertencem ao servidor municipal, e ele confia que sejam bem administrados, pois disso depende a sua futura aposentadoria. Os investimentos estão sujeitos a regras e limites rígidos, passam por análises prévias e por deliberações de órgão colegiados, não ficando a decisão restrita a uma única pessoa. O CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, através do Banco Central do Brasil, dispõe, através de resoluções, sobre as regras, limites e segmentos que os Regimes Próprios de Previdência Social podem investir. Ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO cabe fiscalizar o cumprimento das regras na área contábil, administrativa, financeira e previdenciária. Ao MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA SOCIAL cabe fiscalizar o cumprimento dessas regras e também editar normas complementares, através de Portarias que disciplinam os investimentos dos RPPS, entre elas a obrigatoriedade da elaboração de uma política anual de investimentos, a criação de Comitê de Investimentos, a certificação dos gestores, a seleção e credenciamento de instituições financeiras. Todo esse conjunto de normas visa proteger os recursos dos RPPS e a sua saúde financeira, que é fundamental para assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários. Mais recentemente, tornou-se obrigatória



também a divulgação de todas essas informações aos servidores municipais. Dessa forma, o IPMU já disponibiliza, através do seu site, na página "FINANCEIRO", uma série de informações: relatório detalhados das receitas e despesas, carteira de investimentos, política anual de investimentos, relatórios da consultoria financeira, autorizações de aplicações e resgates, locais e datas das reuniões dos órgãos colegiados e instituições financeiras credenciadas. Cabe ao Comitê de Investimento, órgão auxiliar do Conselho Administrativo nas decisões relativas à gestão dos recursos financeiros, a formulação de propostas para a gestão eficiente das aplicações financeiras. Também são atribuições do Comitê de Investimentos a elaboração da Política Anual de Investimentos, elaboração de pareceres para a escolha de novos gestores e a análise dos relatórios e demonstrativos financeiros, avaliando o desempenho da carteira de investimentos, procurando obter sempre os melhores resultados com a maior segurança, para valorizar e proteger os recursos que vão garantir os benefícios da previdência e do plano de saúde dos servidores municipais. **Evolução dos Investimentos.** Depois de um ano difícil como foi 2013, com alta da inflação e dos juros, fatos esses que prejudicaram o desempenho dos investimentos do IPMU, o ano de 2014 vem trazendo resultados bastante positivos, principalmente nos ativos de renda fixa, que são o 'carro chefe' dos investimentos, representando cerca de 95% da carteira. A busca de rentabilidade que atinja a meta atuarial do IPMU, tem sido muito desafiadora, no atual cenário de grande volatilidade. Em 2012 a meta atuarial foi alcançada com folga (12,62% meta/ 25,47% crescimento financeiro), já em 2013 o resultado foi negativo (10,64% meta/ -5,82% crescimento financeiro) e nos primeiros oito meses de 2014 o resultado é positivo (8,24% meta / 10,64% crescimento financeiro), porém o cenário econômico permanece instável. O IPMU tem recursos que são destinados exclusivamente ao pagamento dos benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões). Os servidores e as entidades patronais (PMU / IPMU/ Câmara) contribuem para a formação desse fundo: parte patronal (16,25% alíquota normal e 0,50% alíquota para amortização do déficit atuarial) e parte servidor (11,00%). Nos primeiros oito meses do ano, o IPMU teve um crescimento acumulado de 10,64%, passando o patrimônio de R\$ 195 milhões, no início do exercício, para R\$ 216 milhões no encerramento de agosto. A administração do IPMU mantém em 2014 uma política conservadora, mas buscando a diversificação dos investimentos como estratégia para atingir a meta atuarial. **CENÁRIO ECONÔMICO e FINANCEIRO.** O mercado acionário tem estado altamente especulativo nos últimos meses, e agosto não foi diferente. É um jogo de expectativas, movido pelas pesquisas eleitorais, por falta de conhecimento, ferramenta, saúde e apetite. No Brasil, o aspecto político deve continuar direcionando os ativos, que seguem embalados pela possibilidade mais clara de mudança de governo. Dados de inflação, atividade e emprego no Brasil continuaram a se deteriorar no



mês de agosto. Adicionalmente a trágica morte do presidenciável Eduardo Campos e a entrada de Marina Silva na disputa, mudaram os rumos da corrida eleitoral, contribuindo para uma maior volatilidade nos ativos de risco em geral. Em um período que os investidores deixaram os fundamentos macro econômicos de lado, os principais indicadores do mercado financeiro fecharam o mês com forte alta, contrariando as expectativas mais otimistas. **RALI DE AGOSTO.** E o risco compensou. Quem evitou se concentrar em posições conservadoras no início do ano e diversificou a carteira, quando os ventos do mercado começaram a mudar, ganhou muito. Agosto sacramentou o movimento iniciado em março, de forte valorização dos ativos mais voláteis, na esteira do aumento da chance de vitória da oposição na corrida presidencial. A morte do candidato Eduardo Campos e a ascensão de Marina Silva à cabeça da chapa do PSB trouxeram uma reviravolta na disputa. Além da bolsa, que disparou na ponta como aplicação mais rentável do ano até o momento, os títulos longos, como as NTN-Bs, papéis públicos indexados à inflação, já alcançam dois dígitos de valorização em 2014. **RENDA FIXA.** O mês de agosto foi mais um mês em que o cenário internacional favoreceu os mercados de renda fixa globalmente. Observa-se uma mudança na comunicação do Banco Central Europeu (BCE), explicitando maiores preocupações com o risco de deflação na Zona do Euro. Com uma maior probabilidade de afrouxamento monetário do BCE, o ambiente de procura por rendimentos ganhou um novo fôlego. O mercado brasileiro continua sendo impactado positivamente pelo maior apetite por risco dos investidores estrangeiros, em função do largo diferencial de juros oferecido pelos títulos domésticos. **RENDA VARIÁVEL.** Com o melhor desempenho para o mês de agosto desde 2003, a Bolsa, representada pelo Ibovespa, liderou com folga o ranking dos investimentos neste mês. Com a forte participação de estrangeiros na Bovespa e a consolidação de um cenário mais difícil para a reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT), o índice recuperou o fôlego e teve alta expressiva de 9,78%. Agosto foi mais um mês positivo para as ações brasileiras, com forte entrada de recursos de investidores estrangeiros (mais de R\$ 2 bilhões). A liquidez internacional elevada segue como um importante propulsor da valorização das bolsas. **Perspectiva.** O mês de setembro será pautado pela disputa eleitoral. O mercado financeiro continuará de olho nos movimentos dos candidatos, e os preços dos ativos serão sensibilizados pelo humor dos agentes econômicos. Os fundamentos macroeconômicos, as tensões geopolíticas, as preocupações com os efeitos que a recuperação da economia norte americana possa causar em nossos mercados, tudo ficou em segundo plano desde o fatídico 13 de agosto. Mas não deveria, porque eles existem e estão aí, apenas foram tirados do foco. **Desempenho dos principais índices de renda fixa e renda variável** no mês de agosto: 9,83% Ibx-50, 9,78% Ibovespa, 8,86% Imobiliário, 7,82% Dividendos, 7,54\$ Small Caps, 6,91% Ima-B 5+, 4,81% Ima-B total, 2,02% IRFM 1+, 1,59% IRFM total,



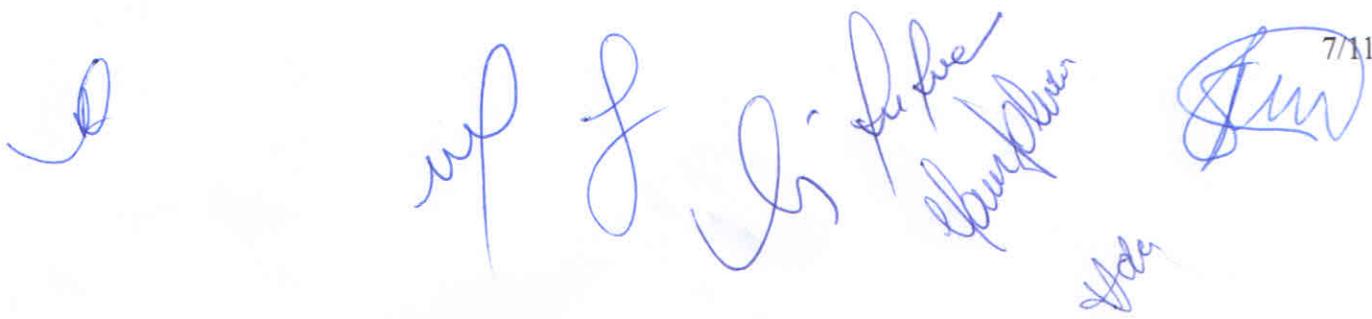
1,13% IMA-B 5, 0,86% CDI, 0,84% IRFM 1. **Desempenho dos principais índices de renda fixa e variável no ano:** 20,40% IMA-b 5+, 18,66% Ibovespa, 18,95% Ibx-50, 16,09% IMA-B Total, 15,22% Dividendos, 11,38% IRFM 1+, 9,76% IRFM Total, 9,41% IMA-B 5, 9,15% Imobiliário, 6,92% IRFM 1, 6,87% CDI e 1,02% Small Caps. A **Carteira de Investimentos do IPMU**, apresentou **valorização dos ativos financeiros**, no oitavo mês do ano, elevando o patrimônio financeiro, que passou de **209.682.049,41** (duzentos e nove milhões seiscentos e oitenta e dois mil quarenta e nove reais e quarenta e um centavos) em julho, para **R\$ 216.051.045,81** (duzentos e dezesseis milhões cinquenta e um mil quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos) em agosto. A valorização dos ativos financeiros observada no período foi suficiente para atingir a meta atuarial (rentabilidade mínima necessária para garantir o pagamento futuro dos benefícios previdenciários), que fechou no acumulado em 8,24% enquanto o crescimento financeiro foi de 10,64%. Os **fundos de Renda Fixa** teve valorização de R\$ 19.395.157,90 (dezenove milhões trezentos e noventa e cinco mil cento e cinquenta e sete reais e noventa centavos), desvalorização de R\$ 2.775.004,03 (dois milhões setecentos e setenta e cinco mil quatro reais e três centavos), resultando no acumulado de R\$ 16.620.153,87 (dezesseis milhões seiscentos e vinte mil cinquenta e três reais e oitenta e sete centavos). A **Carteira de Títulos Públicos** teve valorização de R\$ 7.084.215,11 (sete milhões oitenta e quatro mil duzentos e quinze reais e onze centavos), desvalorização de R\$ 1.119.973,27 (um milhão cento e dezenove mil novecentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos), resultando no acumulado de R\$ 5.964.241,84 (cinco milhões novecentos e sessenta e quatro mil duzentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos). Os **fundos de Renda Variável** teve valorização de R\$ 2.753.844,15 (dois milhões setecentos e cinquenta e três mil oitocentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos), desvalorização de R\$ 992.178,97 (novecentos e noventa e dois mil cento e setenta e oito reais e noventa e sete centavos), resultando no acumulado de R\$ 1.761.665,18 (um milhão setecentos e sessenta e um mil seiscentos e sessenta e cinco reais e dezoito centavos). **Diversificação dos investimentos.** A carteira de investimentos apresenta a seguinte forma de alocação: a-) Fundos IMA-B: R\$ 53.988.946,57 (cinquenta e três milhões novecentos e oitenta e oito mil novecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) correspondendo a 24,99% do PL; b-) Títulos Públicos IPCA: R\$ 43.233.792,33 (quarenta e três milhões duzentos e trinta e três mil setecentos e noventa e dois reais e trinta e três centavos) correspondendo a 20,01% do PL; c-) Fundos DI: R\$ 48.193.156,05 (quarenta e oito milhões cento e noventa e três mil cinquenta e seis reais e cinco centavos) correspondendo a 22,31% PL; d-) Fundos Crédito Privado IPCA: R\$ 10.777.398,00 (dez milhões setecentos e setenta e sete mil trezentos e noventa e oito reais) correspondendo a 4,99 do PL; e-) Títulos Públicos IGPM: R\$ 13.981.988,94 (treze milhões novecentos e

 6/11

oitenta e um mil novecentos e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos), correspondendo a 6,47% do PL; f-) Fundos IMA-B 5: R\$ 14.564.048,03 (catorze milhões quinhentos e sessenta e quatro mil quarenta e oito reais e três centavos) correspondendo a 6,74% do PL; g-) Fundos IRFM 1: R\$ 13.630.719,12 (treze milhões seiscentos e trinta mil setecentos e dezenove reais e doze centavos), correspondendo a 6,31% do PL; h-) Fundos Ibovespa: R\$ 8.852.155,13 (oito milhões oitocentos e cinquenta e dois mil cento e cinquenta e cinco reais e treze centavos) correspondendo a 4,14% do PL; i-) Fundos IMA-B 5+: R\$ 4.810.631,74 (quatro milhões oitocentos e dez mil seiscentos e trinta e um reais e setenta e quatro centavos) correspondendo a 2,23% do PL; j-) Fundos Ibx-50: R\$ 3.053.334,17 (três milhões cinquenta e três mil trezentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos) correspondendo a 1,41% do PL; l-) Fundos Small Caps: R\$ 503.811,83 (quinhentos e três mil oitocentos e onze reais e oitenta e três centavos) correspondendo a 0,23% do PL e m-) Fundos Dividendos: R\$ 368.103,91 (trezentos e sessenta e oito reais cento e três reais e noventa e um centavos) correspondendo a 0,17% do PL. **Aplicação de recursos por**

Instituição Financeira. Os recursos financeiros do IPMU estão alocados em 08 (oito) instituições: a-) Caixa Econômica Federal: R\$ 47.431.169,98 (quarenta e sete milhões quatrocentos e trinta e um mil cento e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos) correspondendo a 21,95% do PL; b-) Itaú: R\$ 26.066.878,26 (vinte e seis milhões sessenta e seis mil oitocentos e setenta e oito reais e vinte e seis centavos) correspondendo a 12,07% do PL; c-) Santander: R\$ 20.548.774,47 (vinte milhões quinhentos e quarenta e oito mil setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos) correspondendo a 9,51% do PL; d-) HSBC: R\$ 19.500.553,42 (dezenove milhões quinhentos mil quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e dois centavos) correspondendo a 9,03% do PL; e-) Bradesco: R\$ 13.079.930,46 (treze milhões setenta e nove mil novecentos e trinta reais e quarenta e seis centavos) correspondendo a 6,05% do PL; f-) BNP Paribas: R\$ 12.223.070,55 (doze milhões duzentos e vinte e três mil setenta reais e cinquenta e cinco centavos) correspondendo a 5,66% do PL; g-) Banco do Brasil: R\$ 11.087.472,47 (onze milhões oitocentos e sete mil quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e um centavos) correspondendo a 5,13% do PL e h-) Sul América: R\$ 8.897.414,94 (oito milhões oitocentos e noventa e sete mil quatrocentos e catorze reais e noventa e quatro centavos) correspondendo a 4,12% do PL. A carteira de Títulos Públicos encerrou o mês com R\$ 57.215.781,27 (cinquenta e sete milhões e duzentos e quinze mil setecentos e oitocentos e um reais e vinte e sete centavos) correspondendo a 26,48% do PL.

Enquadramento das Aplicações Financeiras. Todas as aplicações financeiras estão enquadrados conforme Resolução CMN 3.922/2010. **Meta Atuarial**. A meta atuarial fechou o mês em 0,67% e no ano o acumulado é de 8,24%. **Rentabilidade dos fundos de investimentos**. A grande volatilidade dos mercados,

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. On the right side, there is a signature with the number '7/11' written next to it.

tanto no segmento de "renda fixa" quanto no segmento de renda variável tem dificultado na performance das aplicações quanto comparadas à meta atuarial. No fechamento do mês, treze aplicações financeiras conseguiram superar a meta atuarial, enquanto onze aplicações financeiras ficaram abaixo da meta atuarial no acumulado: Caixa IMA-B 5+ (20,37%/ 247,27% da meta atuarial), HSBC IPCA IMA-B (17,64%/ 214,11% da meta atuarial), Santander Ibovespa (16,38%/ 198,83% da meta atuarial), Caixa IBRX-50 (15,75%/ 191,23% da meta atuarial), Itaú IMA-B (15,75%/ 191,23% da meta atuarial), Santander IMA-B (15,50%/ 188,18% da meta atuarial), BNP Paribas IMA-B (15,49%/ 188,09% da meta atuarial), SulAmérica IMA-B (15,433%/ 187,29% da meta atuarial), HSBC Ibovespa Ativo (14,61%/ 177,34% da meta atuarial), Títulos 2015 (9,39%/ 113,97% da meta atuarial), Santander IMA-B 5 (9,24%/ 112,17% da meta atuarial), Títulos 2024 (9,18%/ 111,41% da meta atuarial), Itaú IMA-B 5 (9,11%/ 110,66% da meta atuarial), Caixa Brasil IPCA X (7,32%/ 88,92% da meta atuarial), Caixa Brasil IPCA XII (7,17%/ 87,06% da meta atuarial), Santander Corporate DI (6,96%/ 84,53% da meta atuarial), Caixa Brasil DI (6,91%/ 83,89% da meta atuarial), Bradesco Federal Extra DI (6,78%/ 82,31% da meta atuarial), Santander IRF-M 1 (6,75% / 81,94% da meta atuarial), Brasil IRFM 1 (6,70%/ 81,33% da meta atuarial), SulAmérica Total Return (6,52%/ 79,23% da meta atuarial), Títulos 2021 (6,21%/ 75,45% da meta atuarial), Santander Small Caps (6,06%/ 73,65% da meta atuarial) e Brasil.Dividendos (3,86%/ 46,84% da meta atuarial). **TRIBUNAL DE CONTAS.** Os Conselheiros Fiscais são informados sobre a fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao exercício de 2013 e os documentos exigidos. **Receitas:** 1.) Com relação às receitas arrecadadas pelo Instituto: contribuição patronal e contribuição dos segurados; 2.) Com relação às dívidas dos entes municipais junto ao Instituto: posição da Dívida em 01/01/2013, pagamentos durante 2013, posição da Dívida em 31/12/2013, formas e índices de atualização, Termo inicial e alterações posteriores, Cópia da lei e do parcelamento; 3.) Saldo da Dívida Ativa e/ou Créditos a Receber existente em 31/12/2013 e onde os parcelamentos estão contabilizados nas peças contábeis; 4.) Relacionar o montante recebido no exercício a título de compensação previdenciária; 5.) Indicar o montante recebido no exercício a título de receitas financeiras; 6.) Certificar sobre a alíquota das contribuições patronal e segurados vigentes em 2013 e a base legal e, ainda, possível aporte financeiro para equacionar o déficit atuarial. **Concessão de Benefícios:** 7.) Disponibilizar cópia dos processos de concessão de 2013, inclusive com memória de cálculo dos proventos e a respectiva publicação ou declaração negativa. **Despesas:** 8.) Disponibilizar os processos de despesa para análise, inclusive adiantamentos; 9.) Relatório discriminando as despesas administrativas no exercício de 2013; 10.) Informar o valor total anual da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime de previdência social relativamente aos



exercícios de 2012 e 2013 (inciso VI, art. 8º da Lei 9717/98 e §3º do artigo 17 da Portaria 4.992/99 e art. 17, §3º da Portaria MPS 1.348/2005). Juntar Demonstrativo Bimestral enviado ao Ministério da Previdência Social. **Encargos Sociais:** 11.) Apresentar recolhimentos dos encargos sociais relativos a 2013 (INSS, FGTS, PASEP), juntando cópia do mês 12/2013 e a última parcela recolhida; 12.) Cópias das CNDs obtidas junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal. **Pessoal** 13.) Informar os servidores que possuem certificação para operar no mercado de investimentos, juntando-se comprovante; 14.) Relacionar os servidores do órgão constando: nome, cargo, efetivo/temporário/comissão, formação exigida pelo cargo e formação do servidor; 15.) relação dos servidores nomeados em comissão e as respectivas atribuições. Indicar, ainda, se as mesmas foram disciplinadas em lei. **Livros e Registros:** 16.) Disponibilizar, para exame, todos os livros e registros contábeis e administrativos utilizados pelo Instituto; 17.) Indicar, por meio das contas do razão e diário, os investimentos da entidade em renda fixa e renda variável, constando, ainda, convergência ao final do exercício com o balanço patrimonial. **Tesouraria, Almoxarifado e Bens Patrimoniais:** 18.) Relatar se o órgão possui sistema de segurança, inclusive mobiliários próprios, para guarda e proteção dos documentos e processos de relevância, que constitui seu patrimônio administrativo e histórico; 19.) Informar se o órgão possui cópia de seus registros contábeis, nisso inclusa a documentação dos investimentos realizados, em modelos eletrônico protegido – sistema de backup, para recuperação em caso de sinistro (relatar analiticamente); 20.) Apresentar cópia do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros dentro do prazo de validade. **Formação /Graduação dos Membro dos Conselhos:** 21.) Para cada um dos conselhos informar os dados de seus membros: CPF, nome, escolaridade, graduação e origem). **Investimentos:** 22.) Informar a taxa real de juros estabelecida na avaliação atuarial de 2012 para os investimentos de 2013; 23.) Certidão indicando o responsável pela gestão dos recursos do RPPS, constando nome e CPF e sua habilitação; 24.) Informar se a gestão dos recursos previdenciários é própria, por entidade autorizada, credenciada ou mista; 25.) Certificar se as aplicações contam com a aprovação prévia do Conselho de Administração, se há acompanhamento dos investimentos realizados, ao menos trimestrais (juntar atas/documentos probatórios); 26.) Informar se as instituições escolhidas para receber aplicações foram objeto de credenciamento e estão registradas e autorizadas pelo Banco Central e CVM, dentre outros; 27.) Informar se houve operações cuja contratação se deu pela CETIP NET (leilão), na modalidade de convidado. Caso positivo, disponibilizar a documentação ou, firmar declaração negativa; 28.)Disponibilizar para cada investimento os processos de aplicação de recursos, onde a entidade tenha verificado: padrão de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições por parte do Banco Central, CVM, dentre outros, análise do histórico e experiência de



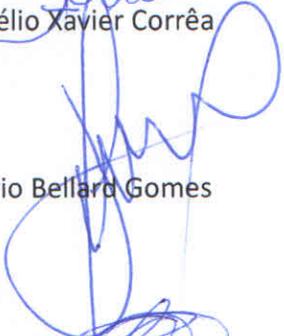
atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores, análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto à qualificação do corpo técnico e segregação de atividades; avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento, as análises dos quesitos verificados nos processos de credenciamento foram atualizadas a cada seis meses e relatório para escolha do investimento; 29.) Apresentar cópia do Regulamento e lâmina do fundo, análise periódica da rentabilidade, opção de investimentos devidamente assinada pelo responsável do instituto e de seu funcionário certificado, cópia das atas onde o investimento foi apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal, cópia das atas de reuniões do Comitê de Investimentos em que a aplicação foi apresentada e deliberada pelo Comitê; 30.) Para cada investimento informar os nomes: do Banco Custodiante, do Administrador, do Gestor e do Fundo de Investimentos, indicando, ainda, a taxa de saída, a participação percentual da instituição em relação ao todo e a carência para o resgate); 31.) relacionar os membros do Comitê de Investimentos: CPF, Nome, Escolaridade, Formação/Graduação, Origem Eleito ou Nomeado; 32.) Sobre o Comitê de Investimentos, informar (sua composição se dá por nomeação ou eleição, juntando-se legislação específica, seus membros tem vínculo efetivo ou de livre nomeação e exoneração com o ente federativo, qual a periodicidade das reuniões ordinárias e como ocorrem as convocações extraordinárias, há previsões de acessibilidade às informações de investimentos e desinvestimentos de recursos do RPPS, as deliberações e decisões são registradas em ata (disponibilizar), como se dá a composição e a forma de representatividade. Apresentar regulamento/legislação que disciplina as suas ações. **Resultado dos Investimentos:** 33.) Relacionar as perdas havidas em investimentos no exercício de 2013 e se o valor foi baixado no balanço patrimonial da entidade/fundo e quais as medidas tomadas pela Administração; 34.) Para cada investimento havido em 2013, preencher o quadro juntando-se os extratos bancários de 12/2013: Mês, Valor no início do mês, Aplicação no Período Resgastes Rendimento Rendimento em percentual, Saldo ao final do mês; 35.) Informar se entidade adotou registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de avaliações e reavaliações dos bens direitos e ativos, inclusive dos investimentos e da evolução das reservas; 36.) Cópia dos relatórios bimestrais de investimento enviados ao Ministério da Previdência relativamente a todo o exercício de 2013; 37.) Boletim de Caixa e Bancos e conciliação em que se comprovem os saldos de 31/12/2013 insertos no Balanço Patrimonial e 38.) Informar se o Instituto procedeu ao recenseamento previdenciário. Dando sequência, os membros do Conselho Fiscal, tomaram ciência das implementações realizadas pela Diretoria Executiva, em

 10/11

atendimento a **PORTARIA MPS Nº 440/2013**, que dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social. Conforme processo IPMU/085/2013, o Comitê de Investimentos realizou e o Conselho de Administração aprovou, a atualização do credenciamentos das 08 (oito) instituições financeiras aptas a recebem recursos financeiros do IPMU: Banco do Brasil, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal, HSBC Bank, Banco Santander, BNP Paribas, Itaú Unibanco e SulAmérica Investimentos. Após diversas colocações por parte dos membros do Conselho Fiscal, a Prestação de Contas foi aprovada. Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e trinta minutos e para que conste, eu, Sirleide da Silva, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.



Aurélio Xavier Corrêa



Flávio Bellard Gomes



Luiz Gustavo Bastos de Oliveira



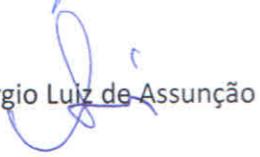
Sirleide da Silva



Cláudia Romana Ferreira de Oliveira



Isac Joaquim Mariano



Sérgio Luiz de Assunção



Vitalina Maria de Arruda